

Mídias na educação: a utilização das mídias material impresso e *internet* como ferramentas de ensinagem na educação não formal de crianças

Media in education: the use of printed material and internet media as teaching tools in non-formal education of children

Fabíola Francielle de JESUS¹
Viviane Raposo PIMENTA²
Grazielle Nayara Felício SILVA³

Resumo

Este artigo foi desenvolvido para apresentar os resultados de um trabalho final da especialização em Mídias na Educação cursado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), cujo objetivo é debater o emprego das mídias material impresso e *internet* para trabalhar o gênero fábulas nos espaços não escolares, neste caso, em um abrigo institucional de crianças. Esta pesquisa é relevante por contribuir com o diálogo relativo à socialização de crianças de forma humanizada e lúdica, refutando o emprego dos castigos físicos, visando a aprendizagem significativa por meio deste gênero literário. Consoante à metodologia trata-se de um estudo de natureza qualitativa, modalidade revisão de literatura, cujos achados foram interpretados com o auxílio da técnica de análise de conteúdo. Dentre os resultados obtidos notou-se a possibilidade de empregar a literatura infantil nos abrigos institucionais como ferramentas de ensinagem, transcendendo o ato de ler.

Palavras-chave: Mídias na educação. Fábulas. Crianças e adolescentes.

Abstract

This article was developed to present the results of a final work of the specialization in Media in Education taken at the Federal University of Ouro Preto (UFOP), whose objective is to debate the use of printed media and internet to work on the genre fables in non-school spaces, in this case, in an institutional children's shelter. This research is relevant for contributing to the dialogue related to the socialization of children in a

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Professora no Curso de Serviço Social da UNIMONTES. Assistente Social da Prefeitura de Montes Claros/MG. E-mail: fabiola_francielle@yahoo.com.br

² Doutora em Letras pela Pontifícia Unidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professora do Curso de Letras da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: vivianeraposopimenta@gmail.com

³ Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista CAPES. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Paulista (UNIP). E-mail: graziellefelicio@yahoo.com.br

humanized and playful way, refuting the use of physical punishments, aiming at meaningful learning through this literary genre. Depending on the methodology, this is a qualitative study, a literature review modality, whose findings were interpreted with the help of the content analysis technique. Among the results obtained, it was noted the possibility of using children's literature in institutional shelters as teaching tools, transcending the act of reading.

Keywords: Media in education. Fables. Children and adolescents.

Introdução

Este artigo discute o emprego das fábulas por crianças e adolescentes institucionalizadas em unidades de acolhimento por meio das mídias material impresso e *internet*. O seu objetivo é contribuir com o emprego deste gênero literário com vistas à construção da aprendizagem significativa na infância em espaços não formais- neste caso, nas referidas unidades de acolhimento/ abrigos institucionais⁴.

A situação-problema que instigou a realização deste estudo se refere à atuação profissional da autora em uma unidade de acolhimento institucional no cargo de assistente social⁵. De fato, este fazer profissional implica diversas intervenções no tocante às crianças, dentre elas mediar o processo de construção de valores éticos e morais⁶ pelas crianças acolhidas. Entretanto, a forma de desenvolver tal atribuição não está presente nas leis e manuais que versam sobre o trabalho da equipe técnica, mais especificamente o processo de trabalho da/o assistente social em abrigos institucionais.

De fato, as principais normativas, a saber: a Lei 8069 de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais não apresentam parâmetros metodológicos para subsidiar como deve ocorrer a construção deste processo socioeducativo junto às crianças, especialmente no que diz respeito à aplicação de correções a fim de trabalhar os limites

⁴ Expressões correlatas.

⁵ Esta profissão é regulamentada no território brasileiro pela Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 que se encontra disponível no endereço eletrônico <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>.

⁶ Conforme Vásquez (2017) A ética está associada ao estudo fundamentado dos valores morais que orientam o comportamento humano em sociedade, enquanto a moral são os costumes, regras, tabus e convenções estabelecidas por cada sociedade. Deste modo, são categorias distintas.

quando há condutas consideradas moralmente reprováveis, tais como desobediências, brigas, ameaças, falta de zelo consigo, com o meio ambiente e com os próprios pertences, dentre outras situações que requeiram intervenções a esse respeito.

Considera-se por correções as maneiras de trabalhar os limites e as regras quando as crianças e adolescentes tem atitudes reprováveis. A proposta é ir além de meros castigos, pois na correção escuta-se a criança ou adolescente, compreende-se os seus motivos e posteriormente aplica-se uma correção- perda de algo importante, tal como uma diversão, ficar sem assistir televisão ou fazer um ato que repare o dano cometido, dentre outro, em consonância com Medhus (2003).

Como é de se supor esta atribuição não é uma tarefa simples, de modo que as exigências do cotidiano institucional pressupõem o emprego de diferentes estratégias necessárias à construção de valores éticos e morais. Com a experiência profissional acumulada percebeu-se que dialogar, exortar e usar correções por si só não surtiam o efeito esperado de ressignificação das concepções das crianças quanto às suas ações relativas a si próprias e às outras pessoas. Assim, buscou-se por meio desta pesquisa aproximar-se mais da literatura infantil, sobretudo das fábulas, por serem curtas e trabalharem com valores éticos e morais e identificar se há algum abrigo institucional que empregue este gênero literário de forma lúdica e reflexiva com vistas a trabalhar tais valores. Segundo Quivy e Campenhoudt (1998) traçar a situação-problema é relevante por possibilitar que se trace o fio condutor da pesquisa, na qual se exprime o que se pretende elucidar.

Quanto à relevância desta pesquisa entende-se que estudos desta natureza podem contribuir com o diálogo quanto à socialização de crianças e adolescentes de forma humanizada e lúdica, refutando o emprego dos castigos e a visão adultocêntrica de mundo para tal. Ademais, não obstante o caráter falível e provisório desta pesquisa- por se tratar de ciência- compreende-se que poderá contribuir com demais estudos relacionados às propostas de educação significativa que primem pela dignidade e integridade física e psíquica da infância⁷.

Relativo ao traçado metodológico este artigo possui natureza qualitativa, modalidade revisão de literatura, cujos achados foram interpretados com o auxílio da

⁷ Por se tratar de um período que abrange a faixa etária de zero a dezoito anos o termo infância é empregado nesta pesquisa como sinônimo das expressões criança e adolescente.

técnica de análise de conteúdo. O detalhamento da metodologia será explicitado na próxima seção.

Antes de problematizar este tema em questão faz-se necessário explicar algumas denominações e conceitos aplicados nesta pesquisa, bem como tecer alguns apontamentos históricos atinentes à tese da descoberta da infância.

A “descoberta da infância” e o emprego da literatura infantil no processo educativo

Acerca da expressão gênero literário, Infante (2004) compreende que a palavra gênero significa classe, espécie. Nesse sentido, tal expressão remete à classificação das obras literárias. Desde a antiguidade clássica existe a divisão da literatura, outrora denominada poesia, em três gêneros, conforme Aristóteles (1966), sendo eles o épico, o lírico e o dramático. Na contemporaneidade, ainda se estabelecem os escritos literários em três gêneros: o narrativo, o lírico e o dramático.

Para aquele autor na narração há a presença do narrador que apresenta o enredo da história, real ou fictícia, situada em um tempo e espaço com personagens, foco narrativo, clímax, desfecho, entre outros elementos. Os gêneros que se apropriam da estrutura narrativa são: contos, crônicas, fábulas, romance, biografias e outros. Por sua vez, a poesia lírica é uma forma de atender ao anseio humano de expressão individual e subjetiva, diferentemente das narrativas/ epopeias que divulgavam os ideais e valores do homem na sociedade. Ao passo que o gênero dramático pode ser representado por meio de peças teatrais, cujas histórias enfatizam a ação humana e a voz narrativa está entregue às personagens que contam a história por meio de diálogos ou monólogos, sem a mediação de um narrador.

O gênero abordado neste artigo é a narrativa, por sua vez, composto por várias categorias, dentre elas a fábula, definida como uma “[...] narrativa (de natureza simbólica) de uma situação vivida por animais que alude a uma situação humana e tem por objetivo transmitir certa moralidade” (COELHO, 2000, p. 165). Tal autora elucida que a fábula é uma narração alegórica, cujos personagens são, geralmente, animais, e que encerra em uma lição de caráter moral.

É sabido que as fábulas contribuem para que crianças apreendam valores, tanto que estão presentes nos anos iniciais da educação formal- circunscrita às escolas- e também nos costumes dos variados arranjos familiares que contam as historinhas às

crianças. De fato, o seu emprego é relevante no ambiente formal de ensino e também nos espaços não escolares, uma vez que favorecem a aprendizagem significativa que transcende a mera memorização do conteúdo.

Todavia, há situações de violação de direitos nas quais as crianças e adolescentes são provisoriamente afastadas de suas famílias de origem e encaminhadas às unidades de acolhimento como uma medida de proteção elencada no ECA. A esse respeito, as unidades de acolhimento institucional compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e promovem o acolhimento de crianças e adolescentes em diferentes tipos de equipamentos, a fim de assegurar a proteção integral. O atendimento deve ser personalizado e em pequenos grupos e tem em vista contribuir com o direito à convivência familiar e comunitária. Orienta-se que tais unidades possuam características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, de acordo com Brasil (2009-A, 2009-B).

Feitas essas considerações relativas aos conceitos e termos empregados neste estudo é necessário tecer alguns apontamentos relativos à construção social da categoria infância sob a perspectiva de Ariès (1992). Este autor desenvolveu a sua obra com estudos relativos à infância no cenário europeu, cuja tese central é que até o século XVII a infância não era entendida como hoje.

Nesta constante Azevedo (2001) expõe que a sociedade medieval não percebeu esta fase peculiar do desenvolvimento humano, o que só aconteceu no período burguês, fenômeno denominado descoberta da infância. Até a Idade Média as crianças se misturavam com os adultos nos primeiros anos de vida, aproximadamente até os sete anos de idade. De fato, eram como que “adultos em miniatura”.

Com isso, “[...] de criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas de juventude” (ARIÈS, 1992, p. 23). Nesse sentido, o autor expõe que a infância era um período insignificante para a família e a sociedade. A socialização da criança cabia à outra família que não a de origem, de modo que a criança mudava-se por volta de sete anos para conviver com outra família que passaria a ser responsável pelo seu aprendizado.

A educação era garantida pela convivência da criança com os demais adultos. Esse quadro começou a ser modificado nas sociedades industriais, ou seja, no capitalismo nascente. De fato, o autor expõe que no final do século XVII a criança foi submetida ao processo de “enclausuramento” denominado escolarização. A escola

passou a ser a principal instituição responsável pela educação e transmissão de valores morais. Paulatinamente a família começou a se organizar em torno da criança.

Conforme Méndez e Costa (1994) a obra arièsiana sobre a infância empregou a pesquisa documental por meio do estudo de pinturas da época, a partir da qual foi possível perceber que até o século XVII a arte medieval não representava a criança e quando a fazia isso se dava por meio de corpos distorcidos ou adultos em miniatura. Ademais, o infanticídio e a morte da criança em geral eram tolerados:

[...] As pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, 1992, p. 13).

A esse respeito o autor pondera que o infanticídio era um crime passível de punição, contudo, era praticado em segredo e camuflado sob a forma de um acidente. No entanto, no final do período medievo apresenta elementos que promovem a mudança de paradigmas no trato à infância e à organização da família. A esse respeito: “[...] no final da Idade Média sobressaem três fatores externos – o histórico, o político e o cultural– importantes para a mudança da mentalidade (ARIÈS, 1992, p. 8).

No século XVII a vigilância em torno da vida da criança torna-se mais intensa; com isso, diminui-se a mortalidade infantil. O apreço pela vida da criança fora notado também com relação aos seus trajés; se até então não havia grandes distinções com relação às vestes das crianças e dos adultos a partir do século em questão a criança passou a se vestir conforme a sua idade e sexo. Vale ressaltar que as festas, a literatura, a religião e as brincadeiras também passaram a adquirir especificidades para atender a infância. Paulatinamente, surge a Pedagogia, a Pediatria e outras especialidades para atender às particularidades da infância.

Tendo como parâmetro a interpretação deste autor é possível afirmar que o olhar diferenciado quanto à infância não se deu de forma natural. Trata-se, pois, de uma construção social que transformou a família, a cultura, as artes, a educação, as leis, dentre outros.

Não é objetivo deste artigo adentrar nas transformações ocasionadas no âmbito escolar, todavia, é necessário contextualizar que de fato as escolas não ficam inertes às mudanças que se dão na sociedade. No tocante às mídias na educação pondera-se que

desde os primórdios da educação as mídias estiveram presentes, contudo, na contemporaneidade temos o avanço das tecnologias digitais na educação. Nesse aspecto trata-se de um tema polêmico, pois há defensores do *cyberespaço* como ferramenta de democratização do ensino e aquelas/es que percebem-no como um obstruidor do processo de ensinagem. Entende-se nesta pesquisa que o uso das mídias digitais na educação contribuem sobremaneira com o processo educativo.

Compreende-se por mídia a forma pela qual as linguagens tomam forma e se disseminam. Segundo Santaella (2003, p. 13): “[...] mídias são meios, suportes materiais, canais físicos, nos quais as linguagens se corporificam e através dos quais transitam.” Dias e Leite (2014) apresentam um estudo acerca do emprego das mídias na educação formal. Enfatizam que o material impresso é a mídia mais empregada na educação. Em contrapartida, o rádio e a televisão tem a vantagem de serem imediatos, sendo que o primeiro possui como outra vantagem o seu baixo custo se comparado à televisão. Com o processo de digitalização o vídeo e a *internet* tem se popularizado cada vez mais no ambiente escolar.

Uma proposta considerada relevante é criticar o paradigma conservador de ensino baseado na transmissão de conhecimento, memorização aprendizagem competitiva e individualista, em prol da educação significativa e libertadora. Contudo, para alcançar tal finalidade compreende-se que as mídias não devem ser potencialmente utilizadas somente na educação formal, dado que os espaços não escolares também podem empregá-las com vistas à construção e troca de saberes de forma mais criativa e atrativa.

Nesta constante, este estudo apresenta a possibilidade de trabalhar valores éticos e morais com crianças acolhidas institucionalmente utilizando as mídias material impresso e *internet*, sendo que a primeira se refere aos livros impressos do abrigo institucional em questão que contém um compêndio de fábulas, ao passo que a segunda diz respeito às fábulas que não constam na brinquedoteca da unidade de acolhimento e que precisam ser acessadas via *internet*. Feitas essas considerações introdutórias parte-se à descrição da metodologia deste artigo.

Matérias e métodos⁸

Esta pesquisa possui natureza qualitativa na modalidade de revisão de literatura. A bibliografia foi selecionada por meio da leitura exploratória de materiais diversos, tais como livros impressos de autores consagrados e emergentes nas discussões em estudo e fontes da *internet* selecionadas a partir dos seguintes descritores: criança e adolescente, fábulas, literatura infantil, gênero literário, espaços não escolares, legislação infanto-juvenil e aprendizagem significativa.

Após tal etapa os materiais foram estudados, fichados e posteriormente transcritos com o auxílio do Programa *Microsoft Word/2019*. A coleta de dados se deu via fontes secundárias, portanto, não houve necessidade de submissão desta pesquisa ao Comitê de Ética correspondente. Os achados do estudo foram interpretados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). Esta técnica é aplicável em pesquisas de natureza qualitativa ou quantitativa. Em linhas gerais consiste em decodificar o teor de um conteúdo- que deve estar em um documento escrito- tendo em vista identificar as suas significações explícitas e ocultas. A autora apresenta os seguintes critérios de organização de uma análise: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

Pondera-se que tal estudo possui caráter falível e provisório - por se tratar de conhecimento científico, tal como pondera Gil (2015). Não obstante, pode contribuir com a interpretação e diálogo no tocante à aprendizagem significativa, o emprego das paródias como ferramenta de ensinagem para além dos muros da escola e a busca de uma educação de crianças e adolescentes desprovida de castigos.

Resultados e discussão

A partir da revisão de literatura e da sua interpretação por meio da técnica de análise de conteúdo foi possível identificar os achados deste estudo e proceder à sua discussão. Nesse sentido, esta seção trata de forma panorâmica sobre a literatura infantil

⁸ A metodologia empregada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que inspirou à construção deste estudo foi uma pesquisa participante de natureza qualitativa, cujos dados foram coletados por meio de pesquisa documental e observação participante e tal como neste artigo empregou-se a análise de conteúdo. Para ter acesso ao TCC consulte Jesus (2018).

no contexto europeu e brasileiro, bem como a reflexão sobre o ato de educar crianças e adolescentes numa perspectiva ética e humanizada em detrimento dos meros castigos.

Cunha (2003) discute a origem da literatura infantil no contexto europeu e contextualiza a tese da descoberta da infância arièsiana para asseverar que com a visibilidade que a categoria em questão passa a ter na sociedade surge a demanda de escolarizá-la e inculcá-lhe valores morais. Necessário destacar que a palavra literatura vem do latim *litteris* que significa Letras e conforme a etimologia da palavra Literatura esta é a arte de ler e escrever.

Nesta pesquisa em questão entende-se por literatura infantil os escritos construídos para as crianças com as seguintes particularidades:

A Literatura infantil é, antes de tudo, literatura, ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o Mundo, o Homem, a Vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática; o imaginário e o real; os ideais e sua possível/impossível realização (CAGNETI, 1996 p.7).

Até o século XVIII, não se falava em literatura infantil, dada a inexistência de livros dedicados a este público. Assim, as crianças alfabetizadas liam o mesmo livro que os adultos, sendo que as das classes privilegiadas liam especialmente os clássicos. Em contrapartida a infância oriunda das classes populares em geral tinham acesso aos livros e às histórias orais de cavalaria, de aventuras, lendas e contos folclóricos.

À medida que a criança deixou de ser considerada “um adulto em miniatura”, também na literatura aparece a preocupação com livros adequados aos seus interesses, necessidades, faixa etária e características próprias. A esse respeito a autora considera que se trata de uma literatura direcionada à formação moral da infância e possuía estrutura maniqueísta, a fim de demarcar claramente o bem a ser aprendido e o mal a ser desprezado. Os contos de fadas, fábulas e muitos textos contemporâneos incluem-se nessa tradição.

Em consonância com Coelho (2000) a literatura infantil surge na França em meados do século XVIII. Neste período, o monarca Luís XIV fomentou a criação da literatura infantil. Assim, a França é o berço desta modalidade de literatura no Ocidente a partir dos escritos de Fenélon com vistas a contribuir com a educação moral das crianças. Trata-se de um orador, escritor e prelado francês de grande influência.

Em linha convergente Cunha (2003) entende que a história da literatura infantil tem relativamente poucos capítulos. Data o seu surgimento no início do século XVIII, quando a criança passa a ser considerada um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias. Assim, paulatinamente criou-se o hábito de distanciá-las do universo adulto e receber uma educação diferenciada. Com isso, a constituição da literatura infantil se deu em meio a alterações na família:

A concepção de uma faixa etária diferenciada, com interesses próprios e necessitando de uma formação específica só acontece em meio à Idade Moderna. Esta mudança se deveu a outro acontecimento da época: a emergência de uma nova noção de família, centrada não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo unicelular, preocupado em manter sua privacidade (impedindo a intervenção dos parentes em seus negócios internos) e estimular o afeto entre seus membros (ZILBERMAN, 1987, p.13).

A autora pontua que os autores Hans Christian Andersen, Irmãos Grimm, Charles Perrault foram precursores de grandes trabalhos voltados à infância. Os Irmãos Grimm e Andersen transformaram em textos contos de fadas oriundos de uma literatura basicamente oral e popular, que ainda hoje encantam com um mundo de fantasias, aventuras, medos, suspenses, mundo de histórias e de poesia.

Concernente às fábulas, Cunha (2003) pontua que se trata de um gênero literário que remonta a Antiguidade e cuja criação é atribuída no Ocidente a Esopo. Suas histórias foram reinterpretadas no século XVII por La Fontaine e o tornaram conhecido no mundo inteiro. Suas fábulas escritas em versos elegantes, deram-lhe enorme popularidade. Os animais simbolizavam os homens, enfatizando as suas virtudes e os seus defeitos. Graças à sua sensibilidade para misturar imagens poéticas e humor, as fábulas do escritor grego Esopo ganharam vida, sendo aclamado o pai da fábula moderna.

Conforme a autora a sua obra soma ao todo 240 fábulas. Em praticamente todas elas, os personagens são animais antropomórficos, ou seja, possuem partes ou características humanas, o que lhes confere maior verdade aos ensinamentos que revelam. Entre as mais famosas estão *La Cigale et la Fourmi* (A Cigarra e a Formiga) e *Le Lion et le Rat* (O Leão e o Rato).

No que diz respeito ao Brasil Cademartori (1986) considera que a literatura infantil surge tardiamente, mais especificamente no final do século XIX. Na perspectiva

da autora as obras eram apenas as traduções das obras de Portugal. Alberto Figueiredo Pimentel foi uns dos primeiros autores da época a fazer adaptações que ficaram conhecidas pela inserção dos contos europeus no Brasil, publicando traduções dos contos de Perrault, dos irmãos Grimm e de Andersen, em obras como Contos da carochinha, Histórias da avozinha, Histórias da baratinha.

Todavia, a literatura infantil como produção própria de um brasileiro ocorreu na década de 1920, por Monteiro Lobato. Considerando que as obras adaptadas eram de origem europeia, o primeiro registro de literatura infantil brasileira dá-se pelas mãos de Monteiro Lobato, em 1920, com a obra *A menina do narizinho arrebitado*. Por ser um nacionalista ferrenho, este autor desenvolvia histórias infantis com características típicas brasileiras, integrando costumes do campo e lendas do nosso folclore. A esse respeito, a autora exemplifica o *Sítio do Picapau Amarelo*, pois destaca características da vida rural e da cultura brasileira, bem como assinala alguns problemas sociais da época. De fato, Lobato revoluciona com a realidade da literatura infantil apresentada nessa época.

As linhas acima permitem apontar que desde os primórdios a literatura infantil fora empregada como mecanismo educacional voltado à transmissão de valores morais. Esta pesquisa critica a cultura dos castigos destinados à educação infantil, com vistas a indicar que se travestidos de mera punição não cumprirão a finalidade socioeducativa.

Sobre esta temática Méndez e Costa (1994) elucidam que a história da infância é a história do seu controle. A esse respeito, a família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos, “[...] enclausurando-a, privando-a da circulação e impondo a ela o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas” (ARIÈS, 1992, p. 277-278).

A consolidação das instituições disciplinares conta com o processo de aprimorar a noção da “criança bem-educada” diferenciando-a dos “moleques”, “desordeiros”, “vagabundos”, “foras da lei”, “abandonados”, dentre outras adjetivações similares para retratar os filhos da infância empobrecida que são alvo da institucionalização nos antigos reformatórios ou em orfanatos⁹, com vistas ao seu controle.

Volpi (2001) pontua que na metade do século XIX e princípios do XX, com a institucionalização da escola pública obrigatória no Brasil, parte de seus objetivos se

⁹ Com a promulgação do ECA os reformatórios foram substituídos pelos centros de internação e os orfanatos em abrigos institucionais ou unidades de acolhimento institucional.

volta para transformar os filhos das classes populares em trabalhadores dóceis e submissos. Deste modo, práticas médico-pedagógicas influenciarão os educadores a considerar perigosos os modos de vida das crianças pobres e a valorizar o contexto familiar e social das classes poderosas. É preciso destacar que os castigos físicos demoraram a ser deixados como principal método disciplinar de dominação dos corpos.

De fato, o ordenamento jurídico inegavelmente contribui com a mudança de paradigmas no trato às crianças e adolescentes. Nesta seara destacam-se os avanços promovidos pela Constituição Federal e pelo ECA no tocante à infância, posto que tornam-se sujeitos de direitos e de deveres, vedando-se o tratamento degradante e violento por parte da família, da sociedade e do Estado. O artigo 227 da Constituição Federal é emblemático a esse respeito:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990, p. 35).

Outra normativa fundamental neste estudo se refere à Lei nº 13.010¹⁰, datada de 26 de junho de 2014, conhecida como Lei do Menino Bernardo ou Lei da Palmada que estabelece o direito da criança e da/o adolescente de serem educadas/os e cuidadas/os sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. Nessa perspectiva, a obra de Sidman (1995) destaca os efeitos nefastos das coerções e violências direcionados à infância por parte dos pais e professores.

Não obstante o sucesso aparentemente visível da coerção muitas vezes parece justificar seu uso. Os seus efeitos colaterais não pretendidos, que algumas vezes aparecem muito tempo depois, anulam o sucesso imediato. No final das contas, a coerção invalida seus próprios objetivos (SIDMAN, 1995, p. 247).

No caso de crianças e adolescentes acolhidas/os cabem às instituições zelarem pela sua integridade física e mental, a salvo de tratamentos desumanos e degradantes. Diante do exposto, defende-se que a educação nestes equipamentos deva ocorrer numa ótica humanizada, refutando-se os castigos ou outras maneiras de vexação para cederem

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm>. Acesso dia 15/08/2018.

espaço a possibilidades educacionais que promovam reflexões e reais possibilidades de alcance da finalidade socioeducativa.

Tendo como parâmetro a educação significativa que preza pelos direitos e garantias constitucionalmente assegurados à criança e à/ao adolescente e primem pela valorização do lúdico e da fantasia, aspectos elementares ao seu desenvolvimento pleno e sadio, há uma diversidade de estudos relacionados ao emprego da literatura infantil como um importante recurso socioeducativo. De fato, nos espaços formais de ensino esta literatura específica é amplamente utilizada para a transmissão de valores éticos e morais bem como para fomentar a formação de novas/os leitoras/es, tal como se verifica em Zilberman (1987). Por sua vez, a utilização da literatura infantil nos espaços não escolares remete ao brincar e ao lúdico. A esse respeito, a autora discute as possibilidades de estímulo às brincadeiras e à leitura em uma brinquedoteca montada em um hospital infantil voltado ao tratamento oncológico.

Estas pesquisas destacadas acima permitem exemplificar que nos espaços não escolares a literatura infantil tem sido utilizada para a socialização, valorização das crianças e adolescentes no atendimento de suas especificidades do brincar, sobretudo às crianças entre zero a seis anos de idade. Entretanto, não foram localizados estudos relativos ao emprego da literatura infantil- especialmente das fábulas, cujo emprego é facilitado por serem curtas e possuírem uma interpretação moral sobre as ações humanas- nos espaços não escolares relativas à assimilação de conhecimento por crianças e adolescentes tendo em vista contribuir com a socioeducação, em detrimento dos meros castigos. Consequentemente, não se encontrou pesquisa referente à utilização das fábulas nos abrigos institucionais do Brasil como ferramentas de aprendizagem significativa e de introjeção de valores éticos às crianças e adolescentes.

De fato, enquanto assistente social desta Unidade¹¹ foi possível observar recorrentes situações de desinteresse quanto às questões pedagógicas por parte das crianças e acolhidas, às quais se queixavam cotidianamente da rotina escolar. Partindo do pressuposto que o ensino formal por vezes apresenta-se tedioso, sobretudo para as crianças nos anos iniciais de estudo percebemos a necessidade de lançar mão de estratégias de ensinagem mais lúdicas e que valorizassem a capacidade criativa das

¹¹Trata-se da autora deste artigo.

crianças acolhidas, empregando as fábulas enquanto instrumento pedagógico para a formação cidadã e ética das crianças acolhidas em espaços não escolares.

Com isso, após a realização desta pesquisa algumas cuidadoras já aderiram a esta possibilidade de reflexão, inserindo nas orientações cotidianas às crianças contos de fadas, anedotas, lendas e especialmente as fábulas, por se tratarem de textos curtos e imbuídos de caráter moral, o que será analisado no capítulo seguinte. Realizar uma pesquisa-ação no espaço sócio ocupacional trouxe diversas vantagens, dentre elas promover uma autoanálise quanto ao fazer profissional no abrigo. De fato, é necessário refletir sobre as próprias ações de cunho técnico tendo em vista não se tornar uma/um “mera/o executora/or de políticas terminais” ou “tarefeira/o”, nos termos de Yamamoto (2013).

Esta autora compreende que um dos grandes desafios inerentes aos Serviço Social é mediar as variadas expressões da “questão social”. De fato, na cena contemporânea

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2013, p.49).

Deste modo, corrobora-se com as assertivas acima, notadamente quanto à busca de um perfil profissional balizado em habilidades propositivas e criativas da/o assistente social em sua atuação nos diferentes espaços sócio ocupacionais sintonizado com o projeto societário defendido pela categoria. Este novo perfil profissional é necessário para a superação de uma intervenção que se atenha meramente a ser “executores terminais de políticas sociais” (Netto, 2011).

Considerações finais

Este artigo discutiu o emprego das fábulas para trabalhar valores éticos com crianças acolhidas institucionalmente em espaços não formais, cujo objetivo foi lançar mão da criatividade no fazer profissional da/o assistente social no que concerne à construção de valores éticos e morais das crianças de forma humanizada e prazerosa, respeitando o universo e a linguagem infantil.

Deste modo, esperamos que este relato contribua para que a literatura infantil seja utilizada para além do entretenimento, tendo em vista as amplas possibilidades de aprendizagem significativa que possibilita. Como exemplificação, a *Fábula da cigarra e da formiga* permitem que a criança perceba quão importante é se precaver para o futuro. Ao passo que a fábula conhecida como *A raposa e as uvas* pode ser útil para abordar sobre a inveja, ao invés de proceder às corriqueiras exortações que remetem a aconselhamentos que possuem cunho moralizante e/ou religioso ou mesmo ameaçador e punitivo.

Neste sentido, ressalta-se que a complexificação das expressões da “questão social”¹² exige das/os assistentes sociais o manejo de diferentes e criativas estratégias que possam contribuir para o alcance dos objetivos profissionais.

Cientes de que o cotidiano profissional pode mostrar-se obscurecido pela rotina, pela ilusão da experiência e saber acumulado, ocasionando intervenções com pouca reflexão por vezes em decorrência dos desafios que a realidade impõe diariamente, é inerente ao trabalho da/o assistente social a busca pela formação continuada que viabilize uma intervenção planejada, crítica e criativa, tendo como parâmetro o projeto ético-político desta profissão com vistas a contribuir com a construção de um novo modelo de sociedade.

¹² O emprego das aspas na expressão “questão social” é comum entre os teóricos do Serviço Social afiliados à tradição marxista. Netto (2001) explica essa tendência como forma de denotar certo cuidado na adoção da expressão, dada à sua origem conservadora. Em outra obra este autor define o termo como o [...] conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas e demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2011, p. 131).

Referências

ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1992.

AZEVEDO, Paulo Sérgio. Violência: forma de dilaceramento do ser social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 70. São Paulo: Cortez, 2001, p. 45-57.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05/10/ 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso dia: 11/01/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Regulamentação da profissão. **Lei 80662 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão do assistente social e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso dia: 15/08/2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso dia: 11/01/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Lei nº 13.010**. 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Lei/L13010.htm>. Acesso dia 17/01/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009-A.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009-B.

CAGNET, Sueli de Souza. **Livro que te quero livre**. Rio de Janeiro: Nórdica 1996.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil: teoria e prática**. 18. ed. São Paulo: Ática, 2003.

DIAS, Rosilânia Aparecida. LEITE, Lígia Silva. **Educação a distância**: da legislação ao pedagógico. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 24. ed. São Paulo, Cortez, 2013.

INFANTE, Ulisses. **Curso de literatura de língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2004.

JESUS, Fabíola Francielle de. **As fábulas enquanto ferramentas auxiliares na educação de crianças em espaços não escolares com o emprego das mídias material impresso e internet**. 2018. 39 f. Monografia (Especialização em Mídias na Educação) - Centro de Educação Aberta e à Distância, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

MEDHUS, Elisa. **Como educar crianças para pensar por conta própria**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Mercury, 2003.

MENDEZ, Emílio Garcia; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 102-115, 146-149.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis*. In: **Revista da ABEPSS**, Brasília, v. 2, n. 3, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SANTAELLA, Claudio de Paiva. **Nativos digitais**: quem são? *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 19, n. 111, p. 24-29, mai./jun.2003.

SIDMAN, Murray. Existe algum outro caminho? In: SIDMAN, Murray. **Coerção e suas implicações**. Tradução de ANDERY, Maria Amália; SÉRIO, Tereza Maria. São Paulo: Editorial Psy, 1995, p. 246 – 275.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchéz. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. 37. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direitos**: a privação da liberdade na percepção do adolescente. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 1987.